



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP COM ITENSEXCLUSIVOS PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADASE ITENS NÃO EXCLUSIVOS Nº 028/2022

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2022

Processo Administrativo n.º 6378/2021

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 057/2009 de 11 de março de 2009 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 01/06/2022

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a futura e eventual aquisição de materiais com fim de atender as necessidades do parque industrial (usina) e DCO'S da prefeitura municipal de São Gonçalo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

2.2. Não existem outros órgãos participantes nesta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.



4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, cuja finalidade social abranja o objeto deste certame, sendo que para os **Itens Exclusivos** correspondentes aos itens com valores máximos estimados de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados **exclusivamente** a participação de **MEI/ME/EPP e Equiparadas que são os itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170 e 171**, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 e, para os **itens NÃO EXCLUSIVOS** correspondentes aos itens com valores estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que são os itens: 13, 84, 87 e 112, todos identificados na Proposta Comercial – Anexo III do Edital, destinados a participação tanto de **MEI/ME/EPP e Equiparadas** como também de quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

5.1.1 Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. empresas que se encontrem sob o regime falimentar **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;



5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4. Para fins de deste Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

5.4.1. Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

5.4.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

- 8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e



empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. No país;

8.28.2. Por empresas brasileiras;

8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 **A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais/folders/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º).**

9.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone (21) 2199-6382. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone (21) 2199-6382 ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser



reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:I_NIDONEO);

10.1.5. Lista de Empresas Sancionadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (<https://www.tce.rj.gov.br/empresas-sancionadas>);

10.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.10. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.2.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.2.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.2.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.2.10. Ressalvado o disposto no item **5.2**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.3. Habilitação jurídica:

10.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.

10.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



10.4. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

10.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

10.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.10. Os documentos constantes nos subitens **10.4.4, 10.4.5, 10.4.6, 10.4.7 e 10.4.8** deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo para envio da proposta.

10.5. **Qualificação Econômico-Financeira.**

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.2. A sede da licitante onde a Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.5.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.6. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.5.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.5.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.5.9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



10.5.10. As certidões descritas no item **10.5.1** que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Considerando o objeto a ser entregue, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

- RG do Sócio/Preposto, Registro Comercial, Contrato Social etc
- Certidões de regularidade fiscal/trabalhista/balanco patrimonial

10.6.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação será feita por meio de certidões, ou atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa licitante;

10.6.2. A certidão ou atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço, CNPJ, endereço eletrônico, com identificação do nome e cargo do signatário.

10.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.9. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.10.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.



10.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.14. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.15. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.16. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.18. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

10.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DA AMOSTRA

11.1. Por solicitação da pasta requisitante o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro apresentar catálogos(s) / folder(s) dos produtos licitados, via Comprasnet.

11.2. Os referidos documentos serão encaminhados à equipe técnica, que terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para análise do catálogo(s) / folder(s):

11.3. O certame ficará suspenso durante a análise da Equipe Técnica:

11.4. A equipe técnica terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para análise dos catálogos(s) / folder(s). Quando da conclusão da análise será emitido parecer técnico, reprovando ou aprovando



o objeto oferecido, a ser entregue ao pregoeiro que consignará o Parecer Técnico também via Comprasnet.

11.5. No caso de reprovação do objeto oferecido, o licitante será desclassificado, e convocado o licitante com a classificação imediatamente seguinte, e assim sucessivamente.

11.6. Critérios para aprovação e reprovação de Amostras

11.6.1. As amostras apresentadas exigidas neste termo de referência deverão ser avaliadas, por servidor previamente designado pela pasta solicitante, que levará em consideração as descrições dos bens e emitirá parecer técnico com base em critérios objetivos, apontados em formulário próprio anexo a este Edital.

11.6.2. **Caso as amostras apresentadas pelo licitante vencedor da fase de lances não sejam aprovadas, deverá ser convocado o próximo licitante, obedecendo a ordem de classificação.**

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contada solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4a 9.7 deste edital**, e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



12.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art.



43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

17.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar o recebimento dos objetos solicitados.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (certidões CNDT, CND e CRF), constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao fornecimento ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6. Constatando-se, junto à documentação apresentada, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

17.7. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta constatada mediante os sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, e/ou proibição de contratar com o Poder Público.

17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.10. Havendo a efetiva entrega do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que expire o prazo de vigência da Ata, caso a Contratada não regularize sua situação junto à Prefeitura.

17.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente perante a exigência do instrumento contratual, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de forma alguma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, seja calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

19. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.

22.1.2. Apresentar documentação falsa;

22.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.5. Não manter a proposta;

22.1.6. Cometer fraude fiscal;

22.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/e> também



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Parecer Técnico

ANEXO III – Proposta Comercial

ANEXO IV – Planilha Orçamentária;

ANEXO V – Ata de Registro de Preços;

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

Ricardo Figueiredo da Conceição
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Mat.: 121.577



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO
Intenção de Registro de Preços:

☒ Sim ☐ Não

1. DO OBJETO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COM FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO PARQUE INDUSTRIAL (USINA) E DCO's DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES TERMOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas a seguir:

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O material ofertado deverá atender todas as normas técnicas e legais vigentes.
Quantidade máxima e mínima a fornecer conforme Acórdão nº. 4.411/2010-2ª Câmara, TC-013.365/2010-0.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT MIN.	QUANT MAX.	UNID.
01	AÇO CA-604,20 mm 3/16" (VARA C/12m)	100	800	VARA
02	AÇO CA-506,30 mm 1/4" (VARA C/12m)	100	1000	VARA
03	AÇO CA-508,00 mm 5/16" (VARA C/12m)	100	800	VARA.
04	AÇO CA-5010,00 mm 3/8" (VARA C/12m)	100	800	VARA
05	AÇO CA-5012,50 mm 1/2" (VARA C/12m)	100	500	VARA
06	AÇO CA-50 16,00 mm 5/8" (VARA C/12m)	100	300	VARA
07	ARAME RECOZIDO DE 1,25 mm ROLO C/1,0 kg	20	800	ROLO
08	PONTALETE EM PINUS 3x3" x 3 m	100	1000	UNID.
09	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 06 cm x 3m x 2,5cm	100	500	UNID.
10	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 10 cm x	100	3000	UNID.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	3m x 2,5cm			
11	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 15 cm x 2,5cm x 3,00m	100	500	UNID.
12	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 20 cm x 3 m x 2,5cm	100	500	UNID.
13	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 30 cm x 3 m x 2,5cm	100	3000	UNID.
14	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE ½" (TAMPÃO)	100	300	UNID.
15	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE ¾" (TAMPÃO)	100	300	UNID.
16	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE 1" (TAMPÃO)	100	300	UNID.
17	CAP PVC SOLDABEL 20 mm (TAMPÃO)	100	300	UNID.
18	CAP PVC SOLDABEL 25 mm (TAMPÃO)	100	300	UNID.
19	CAP PVC SOLDABEL 32 mm (TAMPÃO)	100	300	UNID.
20	TÊ PVC SOLDABEL 20mm	100	300	UNID.
21	TÊ PVC SOLDABEL 25 mm	100	300	UNID.
22	TÊ PVC SOLDABEL 32 mm	100	300	UNID.
23	LINHA NAYLON TRANÇADA P/PEDREIRO (100m)	100	500	ROLO
24	MANGUEIRA NIVEL CRISTA 5/16" x 0,80 mm C/50m	10	100	ROLO
25	AVENTAL PROTEÇÃO RASPA 1,2 m-TIPO SOLDADOR	10	50	UNID.
26	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 39/40	100	200	PAR
27	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 40/41	100	300	PAR
28	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 41/42	100	300	PAR
29	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 42/43	100	300	PAR
30	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 43/44	50	200	PAR
31	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 44/45	10	50	PAR
32	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 39/40	100	200	PAR
33	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 40/41	100	300	PAR
34	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 41/42	100	300	PAR
35	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 42/43	100	300	PAR
36	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 43/44	50	200	PAR
37	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 44/45	10	50	PAR
38	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 39/40	100	300	PAR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

39	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 40/41	100	300	PAR
40	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 41/42	10	300	PAR
41	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 42/43	100	300	PAR
42	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 43/44	50	200	PAR
43	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 44/45	10	50	PAR
44	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº41	10	100	PAR
45	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº42	10	100	PAR
46	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº43	10	100	PAR
47	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº44	10	50	PAR
48	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº45	10	50	PAR
49	CANELEIRA C/CHAPA PROTEÇÃO DE COURO	10	50	UNID.
50	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA TAMANHO GG	100	1000	UNID.
51	CAPACETE C/JUGULAR COR VERDE MOTOSSERRISTA CLASSE "A"	10	100	UNID.
52	CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL C/TRAVESSÃO E CORDÃO SEGURANÇA	10	50	UNID.
53	COLETE DE SEGURANÇA, TELADO, REFLETIVO	10	200	UNID.
54	CONE PLASTICO RIGIDO, COR VERMELHO C/FAIXA BRANCA (75cm)	100	500	UNID.
55	ESPORA PARA SUBIR EM ÁRVORE	10	50	UNID.
56	FITA ZEBRADA, PRETO/AMARELA COM 200m	50	500	ROLO
57	LIMITADOR DE ALTURA (COPO) DE NYLON P/ROÇADEIRA	100	200	UNID.
58	LUVA NITRÍLICA CANO CURTO	100	500	PAR
59	LUVA NITRÍLICA CANO LONGO	100	500	PAR
60	LUVA DE RASPA CANO CURTO 7cm	100	500	PAR
61	LUVA DE RASPA CANO LONGO 20cm	100	500	PAR
62	MOITÃO C/TRÊS ROLDANAS P/1300kg C/CORDA	20	100	UNID.
63	ÓCULOS DE PROTEÇÃO AMPLA VISÃO POLICABORNATO	50	200	UNID.
64	PROTETO AURICULAR COR VERDE	200	500	UNID.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

65	PROTETOR FACIAL TELADO DE AÇO- (VISEIRA)	10	50	UNID.
66	REDE DE PROTEÇÃO ROÇADAS C/QUADRO METAL E RODIZIOS MOVEIS	10	50	UNID.
67	SOMBRITE PRETA P/VIVEIROS E TELA DE PROTEÇÃO 50% - 4m x 50m	10	100	UNID.
68	ANCINHO COM CABO DE MADEIRA 12 DENTES	10	100	UNID.
69	ABRAÇADEIRA P/MANGUEIRA 1/2"	10	50	UNID.
70	ABRAÇADEIRA P/MANGUEIRA 3/4"	10	50	UNID.
71	ANILHA MANILHA DE AÇO 1"	20	50	UNID.
72	ANILHA MANILHA DE AÇO 3/8"	20	50	UNID.
73	ARCO DE SERRA 12"	10	30	UNID.
74	ASPERSOR IRRIGAÇÃO JARDIM AUTOMÁTICO 360°	50	500	UNID.
75	BAINHA PARA FACÃO 14"	20	50	UNID.
76	BALDE PLASTICO P/OBRA (12 LITROS)	100	800	UNID.
77	CABO P/ ENXADA	50	100	UNID.
78	CABO P/ PÁ	50	100	UNID.
79	CABO P/PICARETA E CHIBANCA	50	100	UNID.
80	CABO P/VASSOURA	100	1000	UNID.
81	CABO DE AÇO DE 5/8"	20	50	METRO
82	CAL VIRGEM (SACO 20kg)	100	1000	SACO
83	CARRETEL FIO NYLON P/ROÇADEIRA STIHL	100	500	UNID.
84	CARRINHO DE MÃO EXTRA FORTE 65L. PNEU MAÇIÇO, CHAPA 20	100	500	UNID.
85	CAVADEIRA ARTICULDA 1,40m	10	50	UNID.
86	CAVADEIRA DE FERRO CORTE TIPO BOLA	10	100	UNID.
87	CAVALETE DE PLÁSTICO 1m x 1m x 0,90 m(A x C x L) DESMONTAVEL (LARANJA E(BRANCO)	50	200	UNID.
88	CHAVE DE GRIFE 14" (350mm)	05	50	UNID.
89	CHAVE DE GRIFE 18" (450mm)	05	50	UNID.
90	CHAVE DE GRIFE 36" (915mm)	05	10	UNID.
91	CHIBANCA C/CABO	50	200	UNID.
92	COLHER DE PEDREIRO 6"	10	100	UNID.
63	COLHER DE PEDREIRO 08"	10	100	UNID.
94	COLHER DE PEDREIRO 10"	10	100	UNID.
95	CORDA POLIESTER 10mm	20	200	METRO
96	CORDA POLIESTER 12mm	20	200	METRO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

97	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 170	50	100	UNID.
98	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 362	50	100	UNID.
99	CORRENTE P/MOTO SERRA - MS 382	50	100	UNID.
100	DESEMPENADEIRA MADEIRA 18x30 cm	10	100	UNID.
101	DESEMPENADEIRA MADEIRA 20x32 cm	10	100	UNID.
102	ENXADA COM CABO DE MADEIRA (2,5")	100	500	UNID.
103	ENXADÃO LARGO 2.0 C/CABO MADEIRA 150cm	10	100	UNID.
104	ESQUADRO DE METAL 90° (12")	10	100	UNID.
105	FACÃO DE AÇO CARBONO 18"	10	50	UNID.
106	FACÃO DE AÇO CARBONO (CATANA) 13"	10	50	UNID.
107	FOICE ROÇADEIRA 32mm C/ CABO DE MADEIRA	10	100	UNID.
108	FORCADO (GADANHO) CURVO C/4 DENTES, C/ CABO DE MADEIRA	10	100	UNID.
109	FORCADO (GADANHO) RETO C/4 DENTES, C/ CABO DE MADEIRA	10	100	UNID.
110	GARFO C/ CABO C/10 DENTES	10	50	UNID.
111	GUINCHO MANUAL TIFOR 4 TON.	05	10	UNID.
112	KIT COM 25 VARETAS P/ DESOBSTRUÇÃO DE REDES E RAMAIS ESGOTO	10	50	UNID.
113	LÂMINA 6x8x5/8 13 FUROS P/PATROL NEW HOLLAND	10	20	UNID.
114	LÂMINA DE CORTEP/ MOTONIVELADORA COMPATIVEL COM A NEW HOLLAND: LARGURA2cm; COMPRIMENTO; 214 cm; ALTURA ; 2,1 cm.	10	20	UNID.
115	LÂMINA AÇO, FAC, 2M PONTAS P/ ROÇADEIRA	100	500	UNID.
116	LÂMINA P/ ARCO DE SERRA 300mm	100	300	UNID.
117	LÂMINA DE PODA P/ SERROTE FIXODE 12"	10	50	UNID.
118	LONA ENCERADA TIPO "CARRETEIRO" 10x8 m	10	20	UNID.
119	MACHADO C/CABO CAB.AÇO 600gr. 385mm COMP.	10	30	UNID.
120	MANGUEIRA JARDIM TRANÇADO 1/2"(100m)	05	10	UNID.
121	MANGUEIRA JARDIM TRANÇADO 3/4"(100m)	05	10	UNID.
122	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 1kg	10	50	UNID.
123	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 2kg	10	50	UNID.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

124	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 3kg	10	50	UNID.
125	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 5kg	10	50	UNID.
126	MARTELO DE UNHA CARPINTEIRO C/ CABO DE MADEIRA 34mm	10	50	UNID.
127	METRO DE BAMBU C/ 2m	10	100	UNID.
128	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-170 OU SIMILAR	02	05	UNID.
129	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-362 OU SIMILAR	02	05	UNID.
130	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-462 OU SIMILAR	02	05	UNID.
131	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS 230 - OU SIMILAR, 40cm; 16"; 63rm.	02	05	UNID.
132	NIVEL DE MADEIRA 30cm 12"	10	100	UNID.
133	NIVEL DE MADEIRA 40cm 16"	10	100	UNID.
134	PÁ QUADRADA C/CABO DE MADEIRA Nº04	50	300	UNID.
135	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA Nº04	50	300	UNID.
136	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA Nº06	50	300	UNID.
137	PÉ DE CABRA EM AÇO FORJADO 36" x 19mm	10	50	UNID.
138	PÉ DE CABRA EM AÇO FORJADO 50cm	10	50	UNID.
139	PENEIRANº10 MÉDIA DIAM.0,70m	10	100	UNID.
140	PODADOR TELESCÓPIO MANUAL C/CABO METALICO EXTENSÍVEL 3 m	20	100	UNID.
141	PODÃO C/CABO EXTENSOR DE MADEIRA/CORDA	10	50	UNID.
142	PONTEIRO DE AÇO 12" 3 /4 MADRIL BARRA REDONDA	50	100	UNID.
143	PREGO C/CABEÇA 13/18	100	500	KG
144	PREGO C/CABEÇA 15/15	100	500	KG
145	PREGO C/CABEÇA 17/27	100	500	KG
146	PREGO C/CABEÇA 18/30	100	500	KG
147	PRUMO DE CENTRO 500g	10	50	UNID.
148	PRUMO DE PAREDE (FACE) PARA PEDREIRO 500g	10	50	UNID.
149	PULVERIZADOR COSTAL DE 20lts	05	10	UNID.
150	RASTELO DE AÇO REGULAVEL	80	200	UNID.
151	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS	10	100	UNID.
152	REGUA DE ALUMINIO 3m (50x25mm)	10	100	UNID.
153	ROÇADEIRA A GASOLINA STIHL FS-160 OU SIMILAR	02	05	UNID.
154	SACHO P/JARDIM C/CABO 2 PONTAS	20	100	UNID.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

155	SACO PLÁSTICO 12x12 cm (MUDAS)	50	100	KG
156	SACO PLÁSTICO 15x25 cm (MUDAS)	50	100	KG
157	SACO PLÁSTICO 25x30 cm (MUDAS)	50	200	KG
158	SACO PLÁSTICO P/LIXO (200 lts)	1000	10000	UNID.
159	SERROTE FIXO PARA PODA 12" EM AÇO CARBONO E CABO PLASTICO EMBORRACHADO	10	50	UNID.
160	SERROTE DE CARPINTEIRO PROFISSIONAL DE 24"	10	100	UNID.
161	SOPRADOR A GASOLINA STIHL COSTAL BR-420 OU SIMILAR	02	05	UNID.
162	TALHADEIRA DE AÇO 3/4 X 12"	10	100	UNID.
163	TESOURA PARA JARDINAGEM 48 cm, LÂMINA EM AÇO, C/ CABO DE MADEIRA	10	50	UNID.
164	TORQUES ARMADO 10"	10	50	UNID.
165	TORQUES ARMADO 12"	10	50	UNID.
166	TRENA FITA EM FIBRA DE VIDRO C/50mt	10	50	UNID.
167	TRENA FITA EM FIBRA DE VIDRO C/100mt	10	100	UNID.
170	TRINCHA 38mm (1.1/2")	10	100	UNID.
171	VASSOURA TIPO "GARI" DE PIAÇAVA REFORÇADA	100	1000	UNID.
172	TAMPA DE CONCRETO ARMADO COM ARGOLA PARA SUSPENSÃO (0,60 x 0,60 x 0,10 cm) RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 MPA	50	300	UNID.

O critério será menor preço por item.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Levando em consideração a manutenção dos serviços prestados pela Usina e Dco's todas pertencentes à estrutura organizacional da Administração Pública direta do Município de São Gonçalo, há a necessidade de adquirir-se, mediante prévia licitação, os bens descritos no subitem 1.1 deste Termo.

2.2. Bem como o reaparelhamento dos setores operacionais e necessidade de repor essas ferramentas e materiais diversos que serão utilizados para desenvolvimento de atividades inerentes aos respectivos setores "Departamento de Conservação e Obras (D.C.O's), Parques e Jardins e Usina".

As quantidades solicitadas foram estimadas com base no **Processo Administrativo PMSG Nº 12.049/2019**. A serem entregue de forma parcelada dependendo do quantitativo do item conforme solicitação da SEMDUR.



A realização de processo de licitação se justifica pela necessidade de suprir as demandas destes materiais para a continuidade dos serviços de manutenção de praças, espaços públicos, parques e jardins da Prefeitura e também conservação dos Próprios Públicos.

Considerando os motivos acima elencados fica constatado que pregão eletrônico, é mais vantajoso para a administração, bem como para os licitantes, pois o objetivo é obter maior número de licitantes e com maior capacidade de atendimento imediato à solicitação, e atendendo o princípio da legalidade, ratifica-se a necessidade de realização de licitação na modalidade e forma citada, vez que a medida busca atender as necessidades administrativas bem como os aspectos legais.

Em atendimento ao Decreto Municipal 134/2021, Anexo I – “Fluxograma Contratação por licitação”, e artigo 21 da Instrução Normativa 05/2017.

3. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A aquisição de ferramentas e materiais diversos é essencial para a preservação do patrimônio público através de conservação e pequenos reparos de Prédios Públicos e Logradouros que foram deteriorados pelo tempo e necessitam ser recuperados, caso não seja adotada tais soluções vão se tornar um grande transtorno para a população e um prejuízo sem tamanho para a Administração Pública Municipal.

No procedimento licitatório deverá ser levada em consideração, em todos os termos, também os itens, natureza, economicidade e a finalidade dos produtos a serem adquiridos.

A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de aquisição dos bens e serviços, que terá previsão de entregas parceladas, segundo a nossa necessidade, conforme as disponibilidades orçamentárias, uma vez que segundo Decreto nº 7.892/2013:

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

[...]

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos se enquadram na definição de “comuns”, por terem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme previsão do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002 e art. 1º, *caput*, do Decreto Municipal 93/2021.



5. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 10 dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única ou parcelada, no seguinte endereço: Usina de asfalto, situada a Rua Salvatori nº2160 – Bairro Colubandê – São Gonçalo – RJ, no horário de 8:00h às 11:30h e de 13:00h às 17:00h.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por 02 (dois) servidores designados pela SEMDUR responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta por defeitos e vícios ocultos.

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

6.1. Por solicitação da pasta requisitante o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro apresentar catálogos(s) / folder(s) dos produtos licitados, via Comprasnet.

6.2. Os referidos documentos serão encaminhados à equipe técnica, que terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para análise do catálogo(s) / folder(s):

6.2.1. O certame ficará suspenso durante a análise da Equipe Técnica:

6.3. A equipe técnica terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para análise dos catálogos(s) / folder(s). Quando da conclusão da análise será emitido parecer técnico, reprovando ou aprovando o objeto oferecido, a ser entregue ao pregoeiro que consignará o Parecer Técnico também via Comprasnet.

6.4. No caso de reprovação do objeto oferecido, o licitante será desclassificado, e convocado o licitante com a classificação imediatamente seguinte, e assim sucessivamente.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Considerando o objeto a ser entregue, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

- RG do Sócio/Preposto, Registro Comercial, Contrato Social etc
- Certidões de regularidade fiscal/trabalhista/balanco patrimonial



7.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação será feita por meio de certidões, ou atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa licitante;

7.1.2. A certidão ou atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço, CNPJ, endereço eletrônico, com identificação do nome e cargo do signatário.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1.A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência/Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do bom e perfeito fornecimento dos bens licitados e, ainda:

8.1.1. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.2. Indicar preposto para representá-la durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade (incluir informações que a nota fiscal deve apresentar).

8.2.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo no subitem 5.3 fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

8.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência/Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado no sub item 5.2, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência/Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



9.1.3. Comunicar à Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s);

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10.1.2. Não será admitida a subcontratação para o fornecimento dos bens, conforme o art. 7º §2º do Decreto Federal 8.538/2015, sendo apenas admitida quando vinculada à prestação de serviços assessoriais, não se tratando do caso em tela.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

11.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

11.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

11.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

11.1.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será(ão) designado(s) 02 (dois) representante(s) pela SEMDUR para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas



ou vícios redibitórios e, em sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

12.3. O(s) representante(s) da Administração anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar o recebimento dos objetos solicitados.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (certidões CNDT, CND e CRF), constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao fornecimento ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Constatando-se, junto à documentação apresentada, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.7. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta constatada mediante os sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, e/ou proibição de contratar com o Poder Público.



13.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

13.10. Havendo a efetiva entrega do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que expire o prazo de vigência da Ata, caso a Contratada não regularize sua situação junto à Prefeitura.

13.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente perante a exigência do instrumento contratual, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

13.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de forma alguma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, seja calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$



14.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no diário oficial do município de São Gonçalo.

14.2. Os preços são fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

15. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

15.1.O custo estimado da presente contratação será obtido por meio de pesquisa de preços correntes no mercado, conforme determinação da Lei nº 8.666/93, a ser realizada pela Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos deste Município, a fim de que conste nos autos e no respectivo Edital orçamento estimado através de planilhas de quantitativos e preços, contendo todos os custos diretos/indiretos da contratação.

16. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

16.1.É vedada a participação de consórcios.

16.2.A vedação à participação de interessada que se apresentem constituída sob forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômica financeira, condições suficientes para a execução de contratos desta natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder público, na condição de contratante, escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 8.666/93, que em seu artigo 33 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Ressalta-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, expressa no subitem 16.1 desse Termo de Referência, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS



17.1. Todos os bens serão cobertos pela garantia legal do consumidor, conforme CDC (Lei 8078/90).

18. DAS SANÇÕES

18.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela Contratada, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93:

18.1.1. Advertência escrita;

18.1.2. Multa;

18.1.3. Suspensão temporária;

18.1.4. Declaração de inidoneidade;

18.1.5. Advertência por escrito, quando a Contratada infringir obrigações definidas no Termo de referência, Edital e Proposta, por primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à Contratada para sanar as irregularidades.

18.2. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou não entrega Total ou Parcial do Objeto:

18.2.1. A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado no fornecimento, bem como a não entrega total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18.2.2. A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, aplicada subsidiariamente na presente aquisição e pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

18.2.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

18.2.2.2. Por inexecução total ou parcial;

18.2.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

18.2.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

18.3. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

18.3.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a Contratada, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

18.3.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a Contratada sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

18.3.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

18.3.4. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à Contratada, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

18.3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.

18.3.6. Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela Contratada, no prazo estipulado na cláusula 18.3.4., será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e, se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

18.4.A imposição de qualquer penalidade não exime a Contratada do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

18.5.Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da Contratada, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

18.6.Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO como o processo sendo enviada a PROCURADORIA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO para conhecimento e medidas cabíveis.

18.7.Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

18.8.Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou Contratada de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.



18.9. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou Contratada será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.

19. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

19.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. Decreto nº 7.892/2014, alterado pelo Decreto Federal nº 8.488/2018 e Decreto Estadual nº 44.857/2014.

19.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.6. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

19.7. Justificativa da possibilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços

19.7.1. A previsão de adesão da ata de registro de preços no edital, certamente irá impactar a elaboração das propostas e a disputa de lances pelas empresas interessadas no objeto deste termo de referência, pois cria uma expectativa de direito das licitantes que participarão da licitação, com a possibilidade de que poderão ter contratações adicionais. Ademais tal previsão no edital diminui a possibilidade de licitação deserta.

É razoável concluir que a previsão de adesão no edital, afeta consideravelmente a disputa de preços na licitação, e por consequência trará melhores preços para os produtos a serem adquiridos pela administração municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

Lembramos que o quantitativo registrado através do SRP caracteriza mera expectativa de direito, já que não há obrigação de contratação, ou seja, tanto a previsão de adesão quanto a de contratação, são mera expectativa de direito, pois a administração não se obriga a contratar e nem de deixar de aderir.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II - PARECER TÉCNICO

PARÂMETROS DE ACEITABILIDADE E REPROBABILIDADE DO ITEM

Processo:	Pregão:	Número do Item:
------------------	----------------	------------------------

1. IDENTIFICAÇÃO DO ITEM:

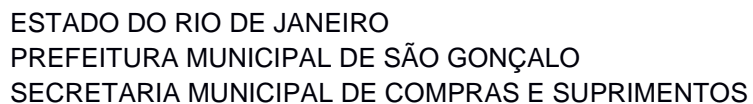
1.1. DESCRIÇÃO DO ITEM:		
1.2. CATMAT	1.3. NÚMERO DO REGISTRO	1.4. UNIDADE DE FORNECIMENTO
1.5. FORNECEDOR	1.6. MARCA	1.7. FABRICANTE

2. IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR:

NOME:		
MATRICULA:	LOTAÇÃO:	CARGO:

3 - CARACTERÍSTICAS AVALIADAS:

CRITÉRIOS	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
3.1 - Atendimento ao descritivo.				
3.2 – Atendimento à Unidade de Fornecimento				
3.3 – Qualidade do acabamento.				
3.4 - Embalagem com informações em Língua Portuguesa.				



4. RESULTADO DO TESTE

5. JUSTIFICATIVA PARA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DE ITEM

(Assinatura e Matrícula)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO III
PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP FMS				Nº ____/2022		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID		PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	800	VARA	AÇO CA-604,20 mm 3/16" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
2	1000	VARA	AÇO CA-506,30 mm 1/4" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
3	800	VARA.	AÇO CA-508,00 mm 5/16" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
4	800	VARA	AÇO CA-5010,00 mm 3/8" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
5	500	VARA	AÇO CA-5012,50 mm 1/2" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
6	300	VARA	AÇO CA-50 16,00 mm 5/8" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
7	800	ROLO	ARAME RECOZIDO DE 1,25 mm ROLO C/1,0 kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
8	1000	UNID.	PONTALETE EM PINUS 3x3" x 3 m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
9	500	UNID.	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 06 cm x 3m x 2,5cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
10	3000	UNID.	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 10 cm x 3m x 2,5cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
11	500	UNID.	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 15 cm x 2,5cm x 3,00m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
12	500	UNID.	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 20 cm x 3 m x 2,5cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
13	3000	UNID.	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 30 cm x 3 m x 2,5cm ITEM NÃO EXCLUSIVO			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

14	300	UNID.	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE ½" (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
15	300	UNID.	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE ¾" (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
16	300	UNID.	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE 1" (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
17	300	UNID.	CAP PVC SOLDABEL 20 mm (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
18	300	UNID.	CAP PVC SOLDABEL 25 mm (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
19	300	UNID.	CAP PVC SOLDABEL 32 mm (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
20	300	UNID.	TÊ PVC SOLDABEL 20mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
21	300	UNID.	TÊ PVC SOLDABEL 25 mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
22	300	UNID.	TÊ PVC SOLDABEL 32 mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
23	500	ROLO	LINHA NAYLON TRANÇADA P/PEDREIRO (100m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
24	100	ROLO	MANGUEIRA NIVEL CRISTA 5/16" x 0,80 mm C/50m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
25	50	UNID.	AVENTAL PROTEÇÃO RASPA 1,2 m-TIPO SOLDADOR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
26	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 39/40 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
27	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 40/41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
28	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 41/42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
29	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 42/43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
30	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 43/44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

31	50	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 44/45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
32	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 39/40 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
33	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 40/41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
34	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 41/42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
35	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 42/43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
36	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 43/44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
37	50	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 44/45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
38	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 39/40 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
39	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 40/41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
40	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 41/42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
41	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 42/43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
42	200	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 43/44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
43	50	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 44/45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
44	100	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
45	100	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
46	100	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

47	50	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
48	50	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
49	50	UNID.	CANELEIRA C/CHAPA PROTEÇÃO DE COURO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
50	1000	UNID.	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA TAMANHO GG ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
51	100	UNID.	CAPACETE C/JUGULAR COR VERDE MOTOSSERRISTA CLASSE "A" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
52	50	UNID.	CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL C/TRAVESSÃO E CORDÃO SEGURANÇA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
53	200	UNID.	COLETE DE SEGURANÇA, TELADO, REFLETIVO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
54	500	UNID.	CONE PLASTICO RIGIDO, COR VERMELHO C/FAIXA BRANCA (75cm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
55	50	UNID.	ESPORA PARA SUBIR EM ÁRVORE ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
56	500	ROLO	FITA ZEBRADA, PRETO/AMARELA COM 200m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
57	200	UNID.	LIMITADOR DE ALTURA (COPO) DE NYLON P/ROÇADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
58	500	PAR	LUVA NITRÍLICA CANO CURTO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
59	500	PAR	LUVA NITRÍLICA CANO LONGO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
60	500	PAR	LUVA DE RASPA CANO CURTO 7cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
61	500	PAR	LUVA DE RASPA CANO LONGO 20cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

62	100	UNID.	MOITÃO C/TRÊS ROLDANAS P/1300kg C/CORDA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
63	200	UNID.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO AMPLA VISÃO POLICABORNATO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
64	500	UNID.	PROTETO AURICULAR COR VERDE ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
65	50	UNID.	PROTETOR FACIAL TELADO DE AÇO-(VISEIRA) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
66	50	UNID.	REDE DE PROTEÇÃO ROÇADAS C/QUADRO METAL E RODIZIOS MOVEIS ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
67	100	UNID.	SOMBRITE PRETA P/VIVEIROS E TELA DE PROTEÇÃO 50% - 4m x 50m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
68	100	UNID.	ANCINHO COM CABO DE MADEIRA 12 DENTES ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
69	50	UNID.	ABRAÇADEIRA P/MANGUEIRA 1/2” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
70	50	UNID.	ABRAÇADEIRA P/MANGUEIRA 3/4” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
71	50	UNID.	ANILHA MANILHA DE AÇO 1” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
72	50	UNID.	ANILHA MANILHA DE AÇO 3/8” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
73	30	UNID.	ARCO DE SERRA 12” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
74	500	UNID.	ASPERSOR IRRIGAÇÃO JARDIM AUTOMÁTICO 360° ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
75	50	UNID.	BAINHA PARA FACÃO 14” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
76	800	UNID.	BALDE PLASTICO P/OBRA (12 LITROS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
77	100	UNID.	CABO P/ ENXADA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
78	100	UNID.	CABO P/ PÁ ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

79	100	UNID.	CABO P/PICARETA E CHIBANCA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
80	1000	UNID.	CABO P/VASSOURA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
81	50	METRO	CABO DE AÇO DE 5/8” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
82	1000	SACO	CAL VIRGEM (SACO 20kg) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
83	500	UNID.	CARRETEL FIO NYLON P/ROÇADEIRA STIHL ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
84	500	UNID.	CARRINHO DE MÃO EXTRA FORTE 65L. PNEU MAÇIÇO, CHAPA 20 ITEM NÃO EXCLUSIVO			
85	50	UNID.	CAVADEIRA ARTICULDA 1,40m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
86	100	UNID.	CAVADEIRA DE FERRO CORTE TIPO BOLA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
87	200	UNID.	CAVALETE DE PLÁSTICO 1m x1m x 0,90 m(A x C x L) DESMONTAVEL (LARANJA E(BRANCO) ITEM NÃO EXCLUSIVO			
88	50	UNID.	CHAVE DE GRIFE 14” (350mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
89	50	UNID.	CHAVE DE GRIFE 18” (450mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
90	10	UNID.	CHAVE DE GRIFE 36” (915mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
91	200	UNID.	CHIBANCA C/CABO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
92	100	UNID.	COLHER DE PEDREIRO 6” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
93	100	UNID.	COLHER DE PEDREIRO 08” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
94	100	UNID.	COLHER DE PEDREIRO 10” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
95	200	METRO	CORDA POLIESTER 10mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

96	200	METRO	CORDA POLIESTER 12mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
97	100	UNID.	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 170 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
98	100	UNID.	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 362 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
99	100	UNID.	CORRENTE P/MOTO SERRA - MS 382 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
100	100	UNID.	DESEMPENADEIRA MADEIRA 18x30 cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
101	100	UNID.	DESEMPENADEIRA MADEIRA 20x32 cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
102	500	UNID.	ENXADA COM CABO DE MADEIRA (2,5") ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
103	100	UNID.	ENXADÃO LARGO 2.0 C/CABO MADEIRA 150cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
104	100	UNID.	ESQUADRO DE METAL 90° (12") ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
105	50	UNID.	FACÃO DE AÇO CARBONO 18" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
106	50	UNID.	FACÃO DE AÇO CARBONO (CATANA) 13" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
107	100	UNID.	FOICE ROÇADEIRA 32mm C/ CABO DE MADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
108	100	UNID.	FORCADO (GADANHO) CURVO C/4 DENTES, C/ CABO DE MADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
109	100	UNID.	FORCADO (GADANHO) RETO C/4 DENTES, C/ CABO DE MADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
110	50	UNID.	GARFO C/ CABO C/10 DENTES ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
111	10	UNID.	GUINCHO MANUAL TIFOR 4 TON. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

112	50	UNID.	KIT COM 25 VARETAS P/ DESOBSTRUÇÃO DE REDES E RAMAIS ESGOTO ITEM NÃO EXCLUSIVO			
113	20	UNID.	LÂMINA 6x8x5/8 13 FUROS P/PATROL NEW HOLLAND ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
114	20	UNID.	LÂMINA DE CORTEP/ MOTONIVELADORA COMPATIVEL COM A NEW HOLLAND: LARGURA 2cm; COMPRIMENTO; 214 cm; ALTURA ; 2,1 cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
115	500	UNID.	LÂMINA AÇO, FAC, 2M PONTAS P/ ROÇADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
116	300	UNID.	LÂMINA P/ ARCO DE SERRA 300mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
117	50	UNID.	LÂMINA DE PODA P/ SERROTE FIXODE 12” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
118	20	UNID.	LONA ENCERADA TIPO “CARRETEIRO” 10x8 m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
119	30	UNID.	MACHADO C/CABO CAB.AÇO 600gr. 385mm COMP. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
120	10	UMID.	MANGUEIRA JARDIM TRANÇADO 1/2”(100m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
121	10	UNID.	MANGUEIRA JARDIM TRANÇADO 3/4”(100m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
122	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 1kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
123	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 2kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
124	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 3kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
125	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 5kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
126	50	UNID.	MARTELO DE UNHA CARPINTEIRO C/ CABO DE MADEIRA 34mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
127	100	UNID.	METRO DE BAMBU C/ 2m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

128	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-170 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
129	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-362 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
130	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-462 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
131	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS 230 - OU SIMILAR, 40cm; 16"; 63rm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
132	100	UNID.	NÍVEL DE MADEIRA 30cm 12" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
133	100	UNID.	NÍVEL DE MADEIRA 40cm 16" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
134	300	UNID.	PÁ QUADRADA C/CABO DE MADEIRA Nº04 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
135	300	UNID.	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA Nº04 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
136	300	UNID.	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA Nº06 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
137	50	UNID.	PÉ DE CABRA EM AÇO FORJADO 36" x 19mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
138	50	UNID.	PÉ DE CABRA EM AÇO FORJADO 50cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
139	100	UNID.	PENEIRA Nº10 MÉDIA DIAM.0,70m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
140	100	UNID.	PODADOR TELESCÓPIO MANUAL C/CABO METÁLICO EXTENSÍVEL 3 m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
141	50	UNID.	PODÃO C/CABO EXTENSOR DE MADEIRA/CORDA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
142	100	UNID.	PONTEIRO DE AÇO 12" 3 /4 MADRIL BARRA REDONDA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

143	500	KG	PREGO C/CABEÇA 13/18 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
144	500	KG	PREGO C/CABEÇA 15/15 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
145	500	KG	PREGO C/CABEÇA 17/27 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
146	500	KG	PREGO C/CABEÇA 18/30 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
147	50	UNID.	PRUMO DE CENTRO 500g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
148	50	UNID.	PRUMO DE PAREDE (FACE) PARA PEDREIRO 500g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
149	10	UNID.	PULVERIZADOR COSTAL DE 20lts ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
150	200	UNID.	RASTELO DE AÇO REGULAVEL ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
151	100	UNID.	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
152	100	UNID.	REGUA DE ALUMINIO 3m (50x25mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
153	05	UNID.	ROÇADEIRA A GASOLINA STIHL FS-160 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
154	100	UNID.	SACHO P/JARDIM C/CABO 2 PONTAS ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
155	100	KG	SACO PLÁSTICO 12x12 cm (MUDAS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
156	100	KG	SACO PLÁSTICO 15x25 cm (MUDAS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
157	200	KG	SACO PLÁSTICO 25x30 cm (MUDAS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
158	10000	UNID.	SACO PLÁSTICO P/LIXO (200 lts) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
159	50	UNID.	SERROTE FIXO PARA PODA 12" EM AÇO CARBONO E CABO PLASTICO EMBORRACHADO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

160	100	UNID.	SERROTE DE CARPINTEIRO PROFISSIONAL DE 24"			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
161	05	UNID.	SOPRADOR A GASOLINA STIHL COSTAL BR-420 OU SIMILAR			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
162	100	UNID.	TALHADEIRA DE AÇO 3/4 X 12"			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
163	50	UNID.	TESOURA PARA JARDINAGEM 48 cm, LÂMINA EM AÇO, C/ CABO DE MADEIRA			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
164	50	UNID.	TORQUES ARMADO 10"			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
165	50	UNID.	TORQUES ARMADO 12"			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
166	50	UNID.	TRENA FITA EM FIBRA DE VIDRO C/50mt			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
167	100	UNID.	TRENA FITA EM FIBRA DE VIDRO C/100mt			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
168	100	UNID.	TRINCHA 38mm (1.1/2")			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
169	1000	UNID.	VASSOURA TIPO "GARI" DE PIAÇAVA REFORÇADA			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
170	300	UNID.	TAMPA DE CONCRETO ARMADO COM ARGOLA PARA SUSPENSÃO (0,60 x 0,60 x 0,10 cm) RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 MPA			
			ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA _____						
CARIMBOEASSINATURADAPROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.

ANEXO IV
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO
------	-------	------	---------------	-------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

				UNIT	TOTAL
1	800	VARA	AÇO CA-604,20 mm 3/16" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 16,30	R\$ 13.040,00
2	1000	VARA	AÇO CA-506,30 mm 1 /4" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 31,58	R\$ 31.580,00
3	800	VARA.	AÇO CA-508,00 mm 5/16" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 48,09	R\$ 38.472,00
4	800	VARA	AÇO CA-5010,00 mm 3/8" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 68,29	R\$ 54.632,00
5	500	VARA	AÇO CA-5012,50 mm 1/2" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 112,86	R\$ 56.430,00
6	300	VARA	AÇO CA-50 16,00 mm 5/8" (VARA C/12m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 199,38	R\$ 59.814,00
7	800	ROLO	ARAME RECOZIDO DE 1,25 mm ROLO C/1,0 kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 25,05	R\$ 20.040,00
8	1000	UNID.	PONTALETE EM PINUS 3x3" x 3 m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 19,51	R\$ 19.510,00
9	500	UNID.	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 06 cm x 3m x 2,5cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 9,53	R\$ 4.765,00
10	3000	UNID.	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 10 cm x 3m x 2,5cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 9,71	R\$ 29.130,00
11	500	UNID.	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 15 cm x 2,5cm x 3,00m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 15,65	R\$ 7.825,00
12	500	UNID.	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 20 cm x 3 m x 2,5cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 19,07	R\$ 9.535,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

13	3000	UNID.	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 30 cm x 3 m x 2,5cm ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 36,34	R\$ 109.020,00
14	300	UNID.	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE ½" (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,62	R\$ 486,00
15	300	UNID.	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE ¾" (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 2,46	R\$ 738,00
16	300	UNID.	CAP PVC ROSCA P/ÁGUA DE 1" (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 6,53	R\$ 1.959,00
17	300	UNID.	CAP PVC SOLDABEL 20 mm (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,49	R\$ 447,00
18	300	UNID.	CAP PVC SOLDABEL 25 mm (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,66	R\$ 498,00
19	300	UNID.	CAP PVC SOLDABEL 32 mm (TAMPÃO) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,66	R\$ 498,00
20	300	UNID.	TÊ PVC SOLDABEL 20mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,21	R\$ 363,00
21	300	UNID.	TÊ PVC SOLDABEL 25 mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,23	R\$ 369,00
22	300	UNID.	TÊ PVC SOLDABEL 32 mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,75	R\$ 1.125,00
23	500	ROLO	LINHA NAYLON TRANÇADA P/PEDREIRO (100m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 6,76	R\$ 3.380,00
24	100	ROLO	MANGUEIRA NIVEL CRISTA 5/16" x 0,80 mm C/50m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 74,69	R\$ 7.469,00
25	50	UNID.	AVENTAL PROTEÇÃO RASPA 1,2 m-TIPO SOLDADOR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 32,23	R\$ 1.611,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

26	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 39/40 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 37,59	R\$ 7.518,00
27	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 40/41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 40,88	R\$ 12.264,00
28	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 41/42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 39,19	R\$ 11.757,00
29	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 42/43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 37,59	R\$ 11.277,00
30	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 43/44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 41,95	R\$ 8.390,00
31	50	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 44/45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 37,59	R\$ 1.879,50
32	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 39/40 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 36,48	R\$ 7.296,00
33	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 40/41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 33,76	R\$ 10.128,00
34	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 41/42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 37,90	R\$ 11.370,00
35	300	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 42/43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 35,52	R\$ 10.656,00
36	200	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 43/44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 34,22	R\$ 6.844,00
37	50	PAR	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Nº 44/45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 36,30	R\$ 1.815,00
38	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 39/40 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 48,13	R\$ 14.439,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

39	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 40/41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 47,36	R\$ 14.208,00
40	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 41/42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 49,41	R\$ 14.823,00
41	300	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 42/43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 57,01	R\$ 17.103,00
42	200	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 43/44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 59,12	R\$ 11.824,00
43	50	PAR	BOTA DE COURO CANO CURTO Nº 44/45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 57,12	R\$ 2.856,00
44	100	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº41 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 69,34	R\$ 6.934,00
45	100	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº42 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 68,66	R\$ 6.866,00
46	100	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº43 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 68,07	R\$ 6.807,00
47	50	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº44 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 69,44	R\$ 3.472,00
48	50	PAR	BOTINA EM VAQUETA C/BICO PVC SOLADO NITRÍLICO ATÉ 360° - Nº45 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 76,28	R\$ 3.814,00
49	50	UNID.	CANELEIRA C/CHAPA PROTEÇÃO DE COURO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 33,31	R\$ 1.665,50
50	1000	UNID.	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA TAMANHO GG ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 23,68	R\$ 23.680,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

51	100	UNID.	CAPACETE C/JUGULAR COR VERDE MOTOSSERRISTA CLASSE "A" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 15,85	R\$ 1.585,00
52	50	UNID.	CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL C/TRAVESSÃO E CORDÃO SEGURANÇA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 257,09	R\$ 12.854,50
53	200	UNID.	COLETE DE SEGURANÇA, TELADO, REFLETIVO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 14,58	R\$ 2.916,00
54	500	UNID.	CONE PLÁSTICO RÍGIDO, COR VERMELHO C/FAIXA BRANCA (75cm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 38,20	R\$ 19.101,67
55	50	UNID.	ESPORA PARA SUBIR EM ÁRVORE ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 149,95	R\$ 7.497,50
56	500	ROLO	FITA ZEBRADA, PRETO/AMARELA COM 200m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 10,03	R\$ 5.015,00
57	200	UNID.	LIMITADOR DE ALTURA (COPO) DE NYLON P/ROÇADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 12,66	R\$ 2.532,00
58	500	PAR	LUVA NITRÍLICA CANO CURTO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 11,34	R\$ 5.670,00
59	500	PAR	LUVA NITRÍLICA CANO LONGO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 34,94	R\$ 17.470,00
60	500	PAR	LUVA DE RASPA CANO CURTO 7cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 9,61	R\$ 4.805,00
61	500	PAR	LUVA DE RASPA CANO LONGO 20cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 13,53	R\$ 6.765,00
62	100	UNID.	MOITÃO C/TRÊS ROLDANAS P/1300kg C/CORDA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 553,60	R\$ 55.360,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

63	200	UNID.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO AMPLA VISÃO POLICABORNATO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 16,56	R\$ 3.312,00
64	500	UNID.	PROTETO AURICULAR COR VERDE ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,97	R\$ 985,00
65	50	UNID.	PROTETOR FACIAL TELADO DE AÇO-(VISEIRA) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 76,31	R\$ 3.815,50
66	50	UNID.	REDE DE PROTEÇÃO ROÇADAS C/QUADRO METAL E RODIZIOS MOVEIS ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 950,29	R\$ 47.514,50
67	100	UNID.	SOMBRITE PRETA P/VIVEIROS E TELA DE PROTEÇÃO 50% - 4m x 50m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 635,26	R\$ 63.526,00
68	100	UNID.	ANCINHO COM CABO DE MADEIRA 12 DENTES ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 17,27	R\$ 1.727,00
69	50	UNID.	ABRAÇADEIRA P/MANGUEIRA 1/2” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,49	R\$ 74,50
70	50	UNID.	ABRAÇADEIRA P/MANGUEIRA 3/4” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 4,83	R\$ 241,50
71	50	UNID.	ANILHA MANILHA DE AÇO 1” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 105,80	R\$ 5.290,00
72	50	UNID.	ANILHA MANILHA DE AÇO 3/8” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,82	R\$ 441,00
73	30	UNID.	ARCO DE SERRA 12” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 31,45	R\$ 943,50
74	500	UNID.	ASERSOR IRRIGAÇÃO JARDIM AUTOMÁTICO 360° ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 127,47	R\$ 63.735,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

75	50	UNID.	BAINHA PARA FACÃO 14” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 25,07	R\$ 1.253,50
76	800	UNID.	BALDE PLASTICO P/OBRA (12 LITROS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 11,73	R\$ 9.384,00
77	100	UNID.	CABO P/ ENXADA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 12,12	R\$ 1.212,00
78	100	UNID.	CABO P/ PÁ ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 13,69	R\$ 1.369,00
79	100	UNID.	CABO P/PICARETA E CHIBANCA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 15,08	R\$ 1.508,00
80	1000	UNID.	CABO P/VASSOURA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 4,70	R\$ 4.700,00
81	50	METRO	CABO DE AÇO DE 5/8” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 48,74	R\$ 2.437,00
82	1000	SACO	CAL VIRGEM (SACO 20kg) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 15,18	R\$ 15.180,00
83	500	UNID.	CARRETEL FIO NYLON P/ROÇADEIRA STIHL ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 27,03	R\$ 13.515,00
84	500	UNID.	CARRINHO DE MÃO EXTRA FORTE 65L. PNEU MAÇIÇO, CHAPA 20 ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 345,65	R\$ 172.825,00
85	50	UNID.	CAVADEIRA ARTICULDA 1,40m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 43,13	R\$ 2.156,50
86	100	UNID.	CAVADEIRA DE FERRO CORTE TIPO BOLA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 107,33	R\$ 10.733,00
87	200	UNID.	CAVALETE DE PLÁSTICO 1m x1m x 0,90 m(A x C x L) DESMONTAVEL (LARANJA E(BRANCO) ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 496,99	R\$ 99.398,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

88	50	UNID.	CHAVE DE GRIFE 14" (350mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 58,57	R\$ 2.928,50
89	50	UNID.	CHAVE DE GRIFE 18" (450mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 85,96	R\$ 4.298,00
90	10	UNID.	CHAVE DE GRIFE 36" (915mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 179,60	R\$ 1.796,00
91	200	UNID.	CHIBANCA C/CABO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 60,99	R\$ 12.198,00
92	100	UNID.	COLHER DE PEDREIRO 6" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 12,13	R\$ 1.213,00
93	100	UNID.	COLHER DE PEDREIRO 08" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 17,47	R\$ 1.747,00
94	100	UNID.	COLHER DE PEDREIRO 10" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 17,97	R\$ 1.797,00
95	200	METRO	CORDA POLIESTER 10mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,39	R\$ 278,00
96	200	METRO	CORDA POLIESTER 12mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 5,63	R\$ 1.126,00
97	100	UNID.	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 170 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 73,20	R\$ 7.320,00
98	100	UNID.	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 362 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 139,38	R\$ 13.938,00
99	100	UNID.	CORRENTE P/MOTO SERRA - MS 382 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 128,01	R\$ 12.801,00
100	100	UNID.	DESEMPENADEIRA MADEIRA 18x30 cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 20,27	R\$ 2.027,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

101	100	UNID.	DESEMPENADEIRA MADEIRA 20x32 cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 15,25	R\$ 1.525,00
102	500	UNID.	ENXADA COM CABO DE MADEIRA (2,5") ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 44,26	R\$ 22.130,00
103	100	UNID.	ENXADÃO LARGO 2.0 C/CABO MADEIRA 150cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 43,92	R\$ 4.392,00
104	100	UNID.	ESQUADRO DE METAL 90° (12") ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 19,04	R\$ 1.904,00
105	50	UNID.	FACÃO DE AÇO CARBONO 18" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 40,70	R\$ 2.035,00
106	50	UNID.	FACÃO DE AÇO CARBONO (CATANA) 13" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 49,78	R\$ 2.489,00
107	100	UNID.	FOICE ROÇADEIRA 32mm C/ CABO DE MADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 34,91	R\$ 3.491,00
108	100	UNID.	FORCADO (GADANHO) CURVO C/4 DENTES, C/ CABO DE MADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 74,96	R\$ 7.496,00
109	100	UNID.	FORCADO (GADANHO) RETO C/4 DENTES, C/ CABO DE MADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 79,25	R\$ 7.925,00
110	50	UNID.	GARFO C/ CABO C/10 DENTES ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 97,32	R\$ 4.866,00
111	10	UNID.	GUINCHO MANUAL TIFOR 4 TON. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 281,67	R\$ 2.816,70
112	50	UNID.	KIT COM 25 VARETAS P/ DESOBSTRUÇÃO DE REDES E RAMAIS ESGOTO ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 3.311,83	R\$ 165.591,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

113	20	UNID.	LÂMINA 6x8x5/8 13 FUROS P/PATROL NEW HOLLAND ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1.032,71	R\$ 20.654,20
114	20	UNID.	LÂMINA DE CORTEP/ MOTONIVELADORA COMPATIVEL COM A NEW HOLLAND: LARGURA 2cm; COMPRIMENTO; 214 cm; ALTURA ; 2,1 cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 533,20	R\$ 10.664,00
115	500	UNID.	LÂMINA AÇO, FAC, 2M PONTAS P/ ROÇADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 45,49	R\$ 22.745,00
116	300	UNID.	LÂMINA P/ ARCO DE SERRA 300mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,18	R\$ 2.454,00
117	50	UNID.	LÂMINA DE PODA P/ SERROTE FIXO DE 12” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 116,85	R\$ 5.842,50
118	20	UNID.	LONA ENCERADA TIPO “CARRETEIRO” 10x8 m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 583,00	R\$ 11.660,00
119	30	UNID.	MACHADO C/CABO CAB.AÇO 600gr. 385mm COMP. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 66,84	R\$ 2.005,20
120	10	UNID.	MANGUEIRA JARDIM TRANÇADO 1/2”(100m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 116,70	R\$ 1.167,00
121	10	UNID.	MANGUEIRA JARDIM TRANÇADO 3/4”(100m) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 593,26	R\$ 5.932,60
122	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 1kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 25,56	R\$ 1.278,00
123	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 2kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 51,26	R\$ 2.563,00
124	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 3kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 66,11	R\$ 3.305,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

125	50	UNID.	MARRETA C/ CABO DE MADEIRA 5kg ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 119,47	R\$ 5.973,50
126	50	UNID.	MARTELO DE UNHA CARPINTEIRO C/ CABO DE MADEIRA 34mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 33,14	R\$ 1.657,00
127	100	UNID.	METRO DE BAMBU C/ 2m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 33,95	R\$ 3.395,00
128	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-170 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1.191,37	R\$ 5.956,85
129	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-362 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 4.831,75	R\$ 24.158,75
130	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS-462 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 4.577,25	R\$ 22.886,25
131	05	UNID.	MOTOSSERRA À GASOLINA STIHL MS 230 - OU SIMILAR, 40cm; 16"; 63rm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 2.227,85	R\$ 11.139,25
132	100	UNID.	NIVEL DE MADEIRA 30cm 12" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 17,26	R\$ 1.726,00
133	100	UNID.	NIVEL DE MADEIRA 40cm 16" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 25,95	R\$ 2.595,00
134	300	UNID.	PÁ QUADRADA C/CABO DE MADEIRA Nº04 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 42,02	R\$ 12.606,00
135	300	UNID.	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA Nº04 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 56,68	R\$ 17.004,00
136	300	UNID.	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA Nº06 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 33,43	R\$ 10.029,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

137	50	UNID.	PÉ DE CABRA EM AÇO FORJADO 36" x 19mm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 79,07	R\$ 3.953,50
138	50	UNID.	PÉ DE CABRA EM AÇO FORJADO 50cm ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 35,70	R\$ 1.785,00
139	100	UNID.	PENEIRANº10 MÉDIA DIAM.0,70m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 46,41	R\$ 4.641,00
140	100	UNID.	PODADOR TELESCÓPIO MANUAL C/CABO METALICO EXTENSÍVEL 3 m ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 430,85	R\$ 43.085,00
141	50	UNID.	PODÃO C/CABO EXTENSOR DE MADEIRA/CORDA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 197,85	R\$ 9.892,50
142	100	UNID.	PONTEIRO DE AÇO 12" 3 /4 MADRIL BARRA REDONDA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 23,46	R\$ 2.346,00
143	500	KG	PREGO C/CABEÇA 13/18 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 29,34	R\$ 14.670,00
144	500	KG	PREGO C/CABEÇA 15/15 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 25,48	R\$ 12.740,00
145	500	KG	PREGO C/CABEÇA 17/27 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 19,31	R\$ 9.655,00
146	500	KG	PREGO C/CABEÇA 18/30 ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 23,22	R\$ 11.610,00
147	50	UNID.	PRUMO DE CENTRO 500g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 31,93	R\$ 1.596,50
148	50	UNID.	PRUMO DE PAREDE (FACE) PARA PEDREIRO 500g ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 18,88	R\$ 944,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

149	10	UNID.	PULVERIZADOR COSTAL DE 20lts ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 238,89	R\$ 2.388,90
150	200	UNID.	RASTELO DE AÇO REGULAVEL ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 39,21	R\$ 7.842,00
151	100	UNID.	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 23,12	R\$ 2.312,00
152	100	UNID.	REGUA DE ALUMINIO 3m (50x25mm) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 59,54	R\$ 5.954,00
153	05	UNID.	ROÇADEIRA A GASOLINA STIHL FS-160 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 2.294,54	R\$ 11.472,70
154	100	UNID.	SACHO P/JARDIM C/CABO 2 PONTAS ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 42,24	R\$ 4.224,00
155	100	KG	SACO PLÁSTICO 12x12 cm (MUDAS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 25,04	R\$ 2.504,00
156	100	KG	SACO PLÁSTICO 15x25 cm (MUDAS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 15,17	R\$ 1.517,00
157	200	KG	SACO PLÁSTICO 25x30 cm (MUDAS) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 27,59	R\$ 5.518,00
158	10000	UNID.	SACO PLÁSTICO P/LIXO (200 lts) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 0,78	R\$ 7.800,00
159	50	UNID.	SERROTE FIXO PARA PODA 12" EM AÇO CARBONO E CABO PLASTICO EMBORRACHADO ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 153,27	R\$ 7.663,50
160	100	UNID.	SERROTE DE CARPINTEIRO PROFISSIONAL DE 24" ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 51,30	R\$ 5.130,33



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

161	05	UNID.	SOPRADOR A GASOLINA STIHL COSTAL BR-420 OU SIMILAR ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1.610,67	R\$ 8.053,35
162	100	UNID.	TALHADEIRA DE AÇO 3/4 X 12” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 51,79	R\$ 5.179,00
163	50	UNID.	TESOURA PARA JARDINAGEM 48 cm, LÂMINA EM AÇO, C/ CABO DE MADEIRA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 31,59	R\$ 1.579,50
164	50	UNID.	TORQUES ARMADO 10” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 41,39	R\$ 2.069,50
165	50	UNID.	TORQUES ARMADO 12” ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 41,00	R\$ 2.050,00
166	50	UNID.	TRENA FITA EM FIBRA DE VIDRO C/50mt ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 47,53	R\$ 2.376,50
167	100	UNID.	TRENA FITA EM FIBRA DE VIDRO C/100mt ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 82,08	R\$ 8.208,00
168	100	UNID.	TRINCHA 38mm (1.1/2”) ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 4,35	R\$ 435,00
169	1000	UNID.	VASSOURA TIPO “GARI” DE PIAÇAVA REFORÇADA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 14,82	R\$ 14.820,00
170	300	UNID.	TAMPA DE CONCRETO ARMADO COM ARGOLA PARA SUSPENSÃO (0,60 x 0,60 x 0,10 cm) RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 MPA ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 75,14	R\$ 22.542,00

Valor total: R\$ 2.119.372,75

TOTAL POR EXTENSO: DOIS MILHÕES, CENTO E DEZENOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E SETENTA E CINCO.

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

N.º ____/2022

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) **SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** nomeado(a) pela Portaria nº ____ de ____ de ____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de ____ de 20____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade nº_____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2022, publicada no ____ de ____/____/2022, processo administrativo n.º **6378/2021**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de materiais com fim de atender as necessidades do parque industrial (usina) e DCO'S da prefeitura municipal de São Gonçalo, especificado no **item 1** do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP nº ____/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. VALIDADE DA ATA



4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)